

Livro n.º 7
Folha 137
ff



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2016/09/30

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2016

----- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Salão do Museu de Vilarinho da Furna, realizou-se a quarta sessão de caráter ordinário do ano de dois mil e dezasseis da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;**
- 3. Análise e votação de Proposta sobre a Participação variável no IRS;-----**
- 4. Análise e votação de Proposta sobre a Derrama;-----**
- 5. Análise e votação de Proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----**
- 6. Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis; --**
- 7. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.-----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme Coelho Alves, assumiu a presidência da Mesa e dos trabalhos desta sessão, ocupando o Senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e a Senhora Alice Sousa o lugar de Segunda Secretária. -----

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Senhores Vereadores, Dr.^a Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado as seguintes faltas justificadas: do senhor deputado Agostinho

Moura, que foi substituído, nos termos da Lei, pela senhora deputada Maria Severina Fernandes Loureiro, da senhora deputada Marinha Esteves, que foi substituída pelo senhor deputado Alberto Casimiro, da senhora deputada Clara Sousa, que foi substituída pelo senhor deputado Rui Manuel da Costa Luís, do senhor deputado Manuel Cerqueira, que foi substituído pela senhora deputada Eva Sousa e ainda da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, substituída nos termos da Lei pelo respetivo Secretário, senhor Sérgio Gabriel Monteiro Ferraz, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, substituindo pelo respetivo Secretário, senhor Luís dos Anjos Teixeira e, por fim, registou-se também a falta do Senhor Presidente da União de Freguesias de Chamoim e Vilar, substituído pelo respetivo Secretário, senhor Paulo Rodrigues. -----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia. O senhor Vítor Fernandes informou então que chegaram aos serviços da Assembleia Municipal as respetivas justificações de ausência para esta sessão, substituídos então que foram nos termos da Lei conforme supra se refere. De igual forma, a Assembleia Municipal de Terras de Bouro recebeu um convite da Comissão de Festas de S. Mateus da Ribeira para as respetivas solenidades, outro convite do Coordenador dos Deputados do PS na Assembleia da Republica, Engenheiro Joaquim Barreto para estar presente numa reunião sobre a "Defesa Florestal contra incêndios e proteção civil" e ainda um pedido da Associação de Estudos de Direito Regional e Local para que os respetivos grupos parlamentares da assembleia municipal respondam a um inquérito sobre o poder local, situação sobre a qual o senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para prestar os devidos esclarecimentos e apelar, igualmente, à participação no referido inquérito.-----

----- De seguida, procedeu-se à análise das atas das sessões anteriores, no caso, a sessão ordinária de vinte e quatro de junho e a sessão extraordinária de vinte e três de julho. A leitura de ambas foi dispensada, por unanimidade, não se registando, igualmente, qualquer intervenção sobre as mesmas e colocadas, logo de seguida, à votação, foram aprovadas por unanimidade. -----

----- Ainda nesta fase inicial da sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para colocar á consideração da Mesa da Assembleia a inclusão, dada sua evidente pertinência, de três votos de pesar. Assim, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu o falecimento do Senhor Francisco Carlos da Rocha

Carvalho, funcionário do Município de Terras de Bouro, o falecimento do Senhor Joaquim Vieira Martins, colaborador do Município de Terras de Bouro e da Senhora Professora Maria Venuzina Oliveira Mendes, figura local que marcou o campo da educação primária em Terras de Bouro.-----

----- Sobre este mesmo assunto, o senhor deputado Alexandre Pereira solicitou a palavra para referir o seu reparo sobre a ausência de menção ao falecimento da sua mãe em julho passado, isto unicamente na qualidade de deputado municipal e por lhe parecer estranho que tenha sido feito referência anteriormente ao falecimento do seu pai e agora não aconteça igual procedimento, o que causará alguma estranheza na família. -----

----- Logo de seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para afirmar o seu lamento pelo lapso, apresentando desculpas ao senhor deputado Alexandre Pereira pela omissão e procedeu em conformidade, solicitando, igualmente, à mesa que fosse também incluído um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Conceição Dolores Ribeiro, mãe do senhor deputado municipal Alexandre Pereira.-----

----- Na sequência do até aqui exposto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou então à consideração da assembleia municipal a inclusão dos quatro votos de pesar, adição que foi aprovada por unanimidade, passando então os mesmos a constar como oitavo, nono, décimo e décimo primeiros pontos da ordem de trabalhos, respetivamente.-----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: Manuel Joaquim Sousa, deputado do *MPT*, José Alberto Martins, deputado da Coligação "Juntos por Terras de Bouro", Alexandre Pereira, deputado da *CDU*, Sérgio Ferraz, Secretário da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, Filipe Mota Pires deputado do Partido Socialista e João Luís Esteves, deputado da Coligação "Juntos por Terras de Bouro. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de seguida a palavra ao senhor deputado do *MPT*, Manuel Sousa que procedeu à sua intervenção da forma que de seguida se transcreve: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara,-----

Caros colegas Deputados Municipais,-----

Caros cidadãos,-----

----- *Pretendo felicitar o Município pela criação do Portal dos Serviços de Águas, que*

Livro nº. 7
Folha 139
ff

permitirá a cada utilizador gerir as suas faturas, a contas correntes e leituras de contadores, de forma cómoda. Numa das Assembleias anteriores fiz referência à deficiente iluminação na Avenida Manuel Francisco da Costa, na Vila do Gerês, na sequência da alteração para a iluminação led. Mesmo após um reforço da iluminação, com a colocação de focos em alguns pontos, tive a oportunidade de reparar que existem zonas da avenida que continuam escuras – há bem pouco tempo um dos candeeiros junto ao balneário estava fundido e na zona junto ao CAT é notória a falta de luz. Seria importante solucionar esta questão da iluminação. Recentemente uma residente da Vila do Gerês, manifestou desagrado porque o acesso de automóveis às suas habitações está impedido – refiro-me ao caminho que vai do restaurante “a Roda” ao longo da Boavista. Pelo que me foi dito, existe uma rampa que deveria ser arranjada para a passagem de veículos. Pelo que me foi dado a conhecer existem promessas de arranjo do caminho. Tem conhecimento da situação? O que se dispõe a fazer para resolver o assunto? Em relação às piscinas de Valdozende, propriedade da EDP e concessionadas à Câmara Municipal, que realizou um avultado investimento, há rumores de que o proprietário pretende tomar posse para venda. O que nos pode avançar acerca deste assunto? Confirma-se?-----

---- Em relação às famosas Cascatas do Tahiti, problema abordado anteriormente pelo senhor Vereador António Cunha, em que o proprietário do terreno fez uma vedação em arame farpado a impedir a passagem das pessoas, o Senhor Presidente indicou que a autarquia iria investigar a situação porque provavelmente será algo ilegal. Qual o ponto de situação e o que foi possível apurar do caso? Sabemos que se trata de uma zona problemática, onde ocorrem acidentes, devido à vedação que lá foi colocada e que obriga as pessoas a optarem por outro trajeto. Num trabalho de investigação da autoria de Adelino Jorge, no âmbito da licenciatura em Engenharia de Proteção Civil, com o nome “Avaliação de Riscos Associados a Atividades de Montanha no PNPG”, identifica Terras de Bouro como sendo o município onde se registam mais ocorrências associadas de acidentes, sendo Vilar da Veiga a freguesia onde ocorrem mais casos de resgate, seguido do Campo do Gerês e Covide. Em relação ao número de ocorrências, este estudo demonstra um aumento considerável desde 2006 até 2015, não sabemos se fruto de aumento da afluência de turistas praticantes de atividades que implicam risco. Além disso, os meses de Julho, Agosto e Setembro são os que representam maior número de pedidos de socorro. Os principais motivos são a precipitação por nevoeiro, passagem em zonas com grandes declives, zonas junto a cascatas e cursos de água, utilização de zonas com riscos de hipotermia ou insolação.

As vertentes voltadas a norte do vale do Rio Homem até aos carris e as encostas da Serra Amarela, na zona central do PNPG, são as zonas que apresentam situações de busca e resgate demoradas e complexas no período de inverno.-----

----- Este estudo também refere a existência de trilhos sem marcação física. Foi observado no sítio da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (a entidade com competência legal e com técnicos experientes e acreditados para a gestão do pedestrianismo) que, apenas três dos trilhos do PNPG constam da lista pública da federação. O ICNF tem no seu site a lista dos trilhos, onde se verifica que, dos 43 trilhos mencionados, 10 têm marcação deficitária e 8 estão mencionados como desaconselhados. Desta forma sugerimos: aumentar a sinalização dos locais de visita com afluência (cascatas, miradouros, escarpas) e dos trilhos (de acordo com as normas da Federação de Campismo), mencionar nos mapas os perigos existentes e conselhos a serem tomados. Estes são alguns dos pontos que consideramos necessários e prioritários no sentido de diminuir o número de ocorrências. Este estudo refere que “todos os Corpos de Bombeiros Voluntários da região possuem Equipas de Intervenção Permanente (EIP) com exceção do C. B. de Terras de Bouro.” As próprias estruturas operacionais referem não ter “equipamento específico para que os seus operacionais atuem adequadamente em período de inverno, nomeadamente, equipamentos de orientação e planos específicos para os salvamentos”. Em relação aos restantes concelhos do PNPG, Terras de Bouro tem um tempo de resposta mais demorado. Neste ponto, seria importante pensar numa solução de resposta mais rápida e eficaz nas freguesias com maiores ocorrências e durante os meses mais críticos. Há um trabalho a ser efetuado para garantir a segurança e diminuir o número de ocorrências (sabendo que parte delas ocorre por descuido e negligência das pessoas). Por isso, a minha sugestão seria que o próximo orçamento municipal possa contemplar medidas concretas a vários níveis. Tivemos um Verão fustigado por fortes incêndios, sabemos que cada vez mais fortes. Existem razões diversas como a deficiente gestão da floresta, abandono de zonas rurais, mão criminosa. Em relação a Terras de Bouro qual o ponto de situação, em área e número de ocorrências neste verão em relação a anos anteriores? Tenho conhecimento que existiu uma reunião entre o Senhor Primeiro Ministro e os presidentes de Câmara do PNPG, a 15 de Agosto. Esteve presente nessa reunião? Quais as conclusões retiradas desse encontro? Qual a sua posição e em que ponto está a decisão de existir uma figura

Livro nº. 7
Folha 140
ff

como diretor do PNPG? E que modelo de gestão está previsto para o PNPG? Gostaria de saber qual a sua posição em relação à possibilidade do município fazer a tomada de posse de terrenos particulares para manutenção. Obrigado.-----

----- Fim de citação e da intervenção do senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa. --

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu de seguida a palavra ao senhor deputado José Alberto Martins que depois de cumprimentar os presentes começou por se referir à Piscina Municipal como sendo um “equipamento indispensável”, expressão que consta inclusive da página eletrónica do município, como o próprio referiu e que esteve encerrada no mês de agosto para manutenção. O senhor deputado questionou logo de seguida o tipo de manutenção e o porquê da mesma estrutura se encontrar encerrada em setembro sem a data de reabertura anunciada. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor deputado José Alberto Martins falou depois sobre a temática do lixo e ambiente, dizendo que hoje em dia existem formas de tratamento e recolha de resíduos que fazem com que não se compreenda o que se passou em Terras de Bouro durante o mês de agosto, o que resultou numa má imagem deixada aos turistas que nos visitaram neste período, sublinhou. Continuando, o senhor deputado referiu-se também ao facto da cota da água da albufeira da Caniçada estar, nesta altura e praticamente durante todo o verão, muito alta o que deixou muito pouco espaço para a fruição das margens. Seria bom contactar a EDP e sensibilizar a empresa para esta situação, sublinhou o senhor deputado. Relativamente ao recente empréstimo a médio e longo prazo, no montante de quinhentos mil euros, contraído pelo município, o senhor deputado José Alberto Martins disse que não se conhece a lista das obras necessária para a sua utilização e que seria importante que tal lista de obras fosse divulgada. Por último, o senhor deputado aludiu ainda a duas situações: em primeiro lugar ao facto do contrato com a EDP, relativamente às linhas de baixa tensão no concelho, estar a terminar e o que irá a câmara municipal fazer sobre esse mesmo contrato e ainda sobre a necessidade de colocação de sinalização rodoviária em locais de maior perigosidade no concelho, algo que deve ser feito com mais frequência, concluiu nesta fase o senhor deputado José Alberto Martins. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor deputado Alexandre Pereira que depois dos cumprimentos iniciais incidiu a sua intervenção sobre dois aspetos: começou por referir a proposta do PCP a nível nacional sobre a reposição das freguesias, como sendo um assunto a tratar em breve junto das populações, tema que foi e cita-se “tratado anteriormente de forma a cortar a

direito, sem qualquer auscultação das populações”, sendo que, em Terras de Bouro, o mal da extinção de freguesias também existiu, pois houve três freguesias – Brufe, Monte e Vilar – que foram agregadas a outras freguesias e não foram ouvidas as populações. A realidade, frisou o senhor deputado, é que este assunto sobre a reposição das freguesias irá ser colocado na agenda política nacional e concelhia pelo *PCP* e será dada voz às populações das freguesias agregadas sobre o seu futuro. Logo depois, o senhor deputado Alexandre Pereira referiu-se aos apoios financeiros atribuídos pela Câmara Municipal às associações em Terras de Bouro, tendo afirmado que são discutíveis os valores que se atribuem às associações e apresentou como exemplo de que as coisas não correm da melhor forma o Dia do Associativismo Municipal, já que não apareceu quase ninguém para participar nas atividades. Seria importante, frisou o senhor deputado, que se realizassem reuniões com alguma regularidade entre as entidades envolvidas para e cita-se “saber com o que se conta, pois a gestão deveria ser feita com os valores disponíveis e não andar a pressionar posteriormente para ter mais apoios financeiros, como acontece atualmente”, fim de citação e intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira. -----

---- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Secretário da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, senhor Sérgio Ferraz, que, em primeiro lugar, desejou as boas-vindas à assembleia municipal e a todos os seus membros à freguesia de que é autarca e que hoje acolhe esta sessão. Prosseguindo, o senhor Sérgio Ferraz apresentou os seguintes assuntos: a recolha do lixo durante a época alta do turismo. É certo que também há falta de civismo mas o serviço da *SUMA* e da *BRAVAL* foi uma “tragédia” este verão, frisou o senhor Sérgio Ferraz. De seguida, aludiu à cota da água da albufeira de Vilarinho da Furna, que esteve durante todo o verão num nível muito alto, tendo prejudicado muito a pesca e o turismo. Será que a câmara municipal não pode tomar medidas sobre esta situação? - questionou. O terceiro assunto abordado pelo senhor Secretário da Junta de Freguesia do Campo do Gerês foi a avaria do sistema de uma estação de tratamento de águas residuais junto ao *Café STOP* que tem provocado descargas no rio Cerdeira, não tendo as Águas do Norte nem o Município resolvido este problema ambiental. Por último, referiu ainda a necessidade de ser efetuada a marcação definitiva do Trilho da Serra Amarela, deixando o alerta sobre a importância e urgência desta marcação. -----

---- Posteriormente interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires com cumprimentos a todos os elementos da assembleia municipal e uma saudação ao público também

Livro n.º. 7
Folha 142
ff

presente. Continuando, o senhor deputado aludiu aos resultados extraordinários do turismo no concelho durante a época alta, que agora finda e que registou, realmente, números muito positivos em termos de crescimento da atividade turística. São, sem dúvida, ótimas notícias para Terras de Bouro e também para o resto do país, frisou o senhor deputado. Esta situação traz responsabilidades acrescidas, continuou e, por exemplo, no que diz respeito á questão do lixo, realmente, surgiu em quantidades anormais, tanto pela quantidade de pessoas no concelho como também, infelizmente, pela falta de civismo de algumas pessoas. Ainda assim, os funcionários do município foram inexcedíveis na resolução deste problema. Também sobre a época de veraneio, o senhor deputado Filipe Pires falou ainda sobre um aspeto menos agradável, as quedas nas cascatas do Gerês. Com efeito, tal acontece e muito pela incúria das pessoas que não se mostram preparadas para frequentar os locais em causa e poderiam até acontecer mais acidentes, dada a postura negligente de alguns turistas, sublinhando, mesmo assim, uma avaliação muito positiva deste período do ano. Prossequindo, o senhor deputado, deixou uma palavra de agradecimento e reconhecimento aos bombeiros e à proteção civil pelo árduo trabalho que têm sempre nesta altura, pois nem sempre é fácil combater o negativismo da publicidade dos media em relação aos incêndios, por exemplo. De seguida e ainda sobre a sessão extraordinária da assembleia municipal em Rio Caldo, onde decorreu uma visita à embarcação turística “Rio Caldo”, o senhor deputado Filipe Pires concluiu a sua intervenção sublinhando, precisamente, a importância da estrutura fluvial em causa para o aumento de visitas e frequência de turistas no concelho. -----
----- Logo depois deu início à sua intervenção o senhor deputado da “Coligação Juntos por Terras de Bouro”, João Luís Esteves. O senhor deputado começou então por dirigir cumprimentos a todos os presentes e abordou seguidamente o documento do Plano Estratégico do Turismo para o concelho. O senhor deputado começou por referir que o número de dormidas no setor do turismo, constante do plano, como sendo menor em dois mil e nove, dois mil e onze, do que no período dois mil e um, dois mil e nove. Mais questionou o senhor deputado sobre que tipo de turismo temos hoje em Terras de Bouro e que tipo de turistas vem a Terras de Bouro para consumir o quê, sendo que se nota um decréscimo nos turistas ingleses e holandeses. Relativamente ao Plano Estratégico, qual o seu atual ponto de situação, já que refere o documento uma série de situações, tais como: uma central de compras no Gerês com venda de produtos locais, o aproveitamento das condições naturais para prática de canoagem, criação de novos museus e dinamização dos polos museológicos, nova rede de trilhos

e respetiva manutenção e a criação de uma estrutura específica para agilizar a conclusão do próprio Plano. Terminou o senhor deputado João Luís Esteves com a referência de que só o investimento origina dinamização, receitas e emprego para a economia local.

----- Após estas intervenções, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não sem antes dirigir cumprimentos à mesa e a todos os presentes, para logo de seguida e à intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do *MPT* responder que a modernização administrativa do município, como o recente serviço digital do serviço de faturação de águas, demonstra claramente, tem sido uma das apostas no melhoramento de atendimento e apoio aos municípios. Relativamente à iluminação led na vila do Gerês, foi reforçada recentemente e será ainda mais até à chegada do inverno. Sobre a questão do acesso a uma moradia, na mesma freguesia, o senhor Presidente afirmou não ter conhecimento do problema mas irá falar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia para ter mais dados. Continuando e sobre a questão colocada no que diz respeito às Piscinas de Valdosende, estas são da câmara municipal e não da *EDP* e sobre a alienação das mesmas, é uma história sem qualquer fundamento, aproveitando a ocasião para elogiar o excelente trabalho que tem sido feito nas mesmas piscinas pela Associação Sociocultural e Desportiva de Paradela, Valdosende, com uma dinamização evidente no turismo e apoio, inclusive, às atividades de *ATL* do concelho. Já no que concerne à situação das Cascatas do Tahiti, é preciso sublinhar que se trata de uma área privada, logo em situação legal e quanto aos acidentes naquela zona, há, realmente, uma enorme falta de cuidado por parte de muitas pessoas que frequentam o local. A própria proteção civil colocou placas sinalizadoras e indicadoras do perigo no local que desapareceram em poucas horas. Sobre os incêndios florestais, embora a época de incêndios ainda que não tenha terminado oficialmente, não foi muito negativa se compararmos com os concelhos vizinhos, frisando o Senhor Presidente da Câmara Municipal o trabalho muito meritório dos sapadores florestais, dos bombeiros, do *ICNF* e dos *GIPS* da *GNR*. No que diz respeito à reunião havida na Ponte da Barca sobre o plano de ação contra incêndios no *PNPG*, o Senhor Ministro do Ambiente confirmou a criação de mais equipas de sapadores florestais para a área do *PNPG* e que serão dez no total, estando também confirmada concretização de ações previstas no Plano de Valorização do *PNPG* com recurso a fundos comunitários. Ainda sobre este encontro, o Senhor Presidente disse

Livro nº.

7

Folha

142



que não se falou sobre a passagem da posse de terrenos para particulares, mas frisou-se a obrigatoriedade de limpar os mesmos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal falou ainda sobre o trabalho dos bombeiros e das autarquias na melhoria da sinalização da montanha, com a criação de pontos de referência para melhor identificação em caso de socorros a turistas que se percam. Para terminar a alusão à intervenção do senhor deputado do *MPT*, o Senhor Presidente informou que nada está definido sobre a criação do Diretor do *PNPG*, assim como como a instalação de um helicóptero para esta área, apesar de existirem estas duas solicitações por parte dos cinco municípios do *PNPG*. -----

----- Seguidamente e já sobre a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins no que ao encerramento da piscina municipal diz respeito, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se assumiu um tratamento preventivo e de manutenção na melhor altura, já que a piscina municipal no mês de agosto é demasiado quente no seu interior e as pessoas preferem as áreas ao ar livre para se refrescarem. As ordens dadas pelo Presidente da Câmara aos responsáveis pela piscina foram para que reabrisse no início do mês de setembro e depois do alerta do Senhor Vereador Dr. António Afonso, em meados de setembro, de que a mesma se encontrava ainda encerrada, a piscina reabriu imediatamente. Continuando a sua intervenção e sobre a questão do lixo, o Senhor Presidente afirmou que a *BRAVAL* e a *SUMA* vão continuar o seu serviço ao município e a verdade é que no "pico do verão", por elevada afluência de pessoas, as empresas ficaram sem capacidade de resposta na região. Isto aconteceu um pouco por todo o lado, não esqueçamos que além de Terras de Bouro, também Amares, Vila Verde, Braga, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso são abrangidos por estes serviços e todos os municípios viveram os mesmos problemas quanto à recolha do lixo. Para minimizar este problema, a câmara municipal ainda disponibilizou funcionários e meios de forma a minorar o problema e, entretanto, as empresas já foram contactadas para que sejam mais eficazes na próxima época de verão. Relativamente à cota do nível da água das albufeiras no concelho, como é sabido não é da responsabilidade do município e os contactos com a *EDP*, nomeadamente, com o Centro de Produção Cávado-Lima, em Valdosende e mesmo com a *EDP-Porto* foram realizados e conseguiu-se uma descida da cota na albufeira de Caniçada, dentro do que era realmente possível nesta altura e similar à cota do ano anterior. De seguida e já sobre a questão do empréstimo de médio e longo prazo no montante de quinhentos mil euros, aprovado pela Assembleia Municipal e com visto favorável do Tribunal de Contas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal

comunicou que este será aplicado do seguinte modo: cerca de trezentos e oitenta e cinco mil euros em pavimentações e reparações de vias municipais que estão em fase de estudo e cerca de cento e quinze mil euros para redes de água e saneamento, aguardando-se agora a fase de procedimentos legais para avançar a concretização de tais investimentos. Sobre os contratos de energia/iluminação com a *EDP*, estes só terminarão em dois mil e vinte e um. No entanto, já se procedeu a abertura do procedimento para, no momento oportuno, se tomarem as decisões mais adequadas, sempre com a participação da Assembleia Municipal. Por fim, quanto aos sinais preventivos de perigo nas vias rodoviárias no concelho, o senhor Presidente salientou que essa preocupação está sempre presente e é realizada em todas as situações que se justifique. -----

----- Depois, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira com a informação de que há todos os anos, no mês de julho, uma reunião de concertação com os clubes e associações para a atribuição dos respetivos apoios financeiros, frisando, ainda assim que Terras de Bouro é dos concelhos que menos despesa tem com o futebol. -----

----- Sobre a intervenção do senhor Secretário da Junta de Freguesia do Campo do Gerês, senhor Sérgio Ferraz, o Senhor Presidente afirmou já ter respondido sobre as questões do lixo e cotas de água das albufeiras e quanto ao problema no saneamento junto ao *Café STOP*, o problema está a ser resolvido. Relativamente à marcação do Trilho da Serra Amarela, a sua sinalização está a ser efetuada, tendo existido deslocações recentes ao local por parte dos técnicos da autarquia e da *ADERE-PG* para tratar desse assunto. -----

----- Seguidamente e quanto à intervenção do senhor deputado João Luís Esteves, o Senhor Presidente comentou que o senhor deputado devia ter realçado a elaboração deste Plano Estratégico de Turismo, pois só com o atual executivo é que houve a preocupação de elaborar tal documento, importante para a dinamização e desenvolvimento do turismo em Terras de Bouro. A verdade é que o Plano contém algumas propostas que, pelas mais variadas razões, não são exequíveis ou com as quais o Senhor Presidente afirmou não concordar em pleno, mas ainda assim é um documento orientador para as decisões políticas sobre o turismo. Continuando, referiu que o Município tem postos de venda em Souto, Covide, Rio Caldo e Campo do Gerês, com produtos locais. Quanto à canoagem, informou que há equipas de canoagem nacionais e internacionais a estagiar e a treinar em Terras de Bouro e que

Livro nº. 2

Folha 143

ff

é intenção da Câmara Municipal criar uma pista de canoagem na albufeira de Vilarinho da Furna, se o *ICNF* assim consentir. Sobre a dinamização dos polos museológicos, está a ser criado o Museu da Música em Terras de Bouro no espaço do Museu da Geira que irá, a partir do mês de março de dois mil e dezassete, chamar-se Museu da História de Terras de Bouro. -----

----- Relativamente à limpeza dos trilhos, há uma empresa do concelho contratada e a realizar esse trabalho e aproveitou o Senhor Presidente para informar a existência de uma candidatura para aquisição e instalação de 17 *mupis* eletrónicos para colocação nos adros das igrejas paroquiais com as mais variadas e úteis informações. -----

----- A Câmara Municipal tem uma estratégia bem definida e um “rosto” para o Turismo, no caso a técnica responsável, Dr.^a Sílvia Ribeiro, sublinhou o Senhor Presidente e as apostas que têm sido feitas na realização de importantes eventos desportivos internacionais, com os inúmeros dividendos daí resultantes para Terras de Bouro, são a melhor prova da aposta no turismo, que tem criado emprego, dinamismo social e económico e investimento no concelho. Os indicadores que nos chegam, nomeadamente, dos empresários do concelho e suas associações, são excelentes, sublinhou o Senhor Presidente. O período menos bom, entre dois mil e nove e dois mil e onze, a que se refere o senhor deputado na sua intervenção, também aconteceu pela crise económica conjuntural que prejudicou o país e os municípios portugueses. --

----- Ainda sobre este assunto, o senhor deputado João Luís Esteves pediu a palavra para dizer que colocou as suas questões apenas para saber o ponto da situação das propostas que constam do Plano Estratégico para o turismo e a sua intenção foi a de tentar saber qual a estratégia para o concelho na área do turismo. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para realçar o trabalho desenvolvido pela Mesa da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta com eventos e atividades para a comunidade, assim como ações de sensibilização junto dos peregrinos, é muito evidente a valorização deste trabalho em particular para o S. Bento da Porta Aberta e em geral para Terras de Bouro, sublinhou o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Ainda na sua intervenção o senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a referir a problemática do lixo, algo que também sucede e muito pela falta de civismo das pessoas. Relativamente ao assunto das cotas da água das albufeiras é algo que escapa cada vez mais ao controle das autarquias, principalmente porque além dos valores económicos em causa, sempre muito elevados, há a existência da entrada em funcionamento de um novo sistema de turbinagem de água que obriga à imposição dos próprios valores das cotas. -----

----- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não tendo ninguém solicitado o uso da palavra. -----

----- Terminado este período de “antes da ordem do dia”, entrou-se de imediato no tratamento dos pontos da Ordem de Trabalhos, que eram os seguintes com as introduções hoje realizadas: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis;**
- 3. Análise e votação de Proposta sobre a Participação variável no IRS;-----**
- 4. Análise e votação de Proposta sobre a Derrama;-----**
- 5. Análise e votação de Proposta sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem;-----**
- 6. Análise e votação da terceira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis; --**
- 7. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.-----**
- 8. Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Conceição Dores Ribeiro; -----**
- 9. Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Carlos da Rocha Carvalho;-----**
- 10. Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira Martins;-----**
- 11. Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Maria Venuzina Oliveira Mendes.-----**

----- Para dar início aos assuntos da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por apresentar a situação económica e financeira do Município, referindo o montante da receita e da despesa até ao dia vinte e dois de setembro, a saber, o valor da receita é de seis

Livro n.º 7
Folha 144
JP

milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e cinco cêntimos, e o valor da despesa de seis milhões, trezentos e quarenta e três mil, novecentos e cinco euros e quarenta e um cêntimos.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas entre o dia vinte e três de julho, data da última sessão deste órgão, e o dia da presente sessão, tendo evidenciado o seguinte: a hasta pública sobre a alienação do lote quarenta e nove do Plano de Pormenor do Bairro da Caniçada, o resultado da inspeção da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a modernização administrativa do município, a final do Torneio Concelhio de Futsal, as atividades do Projeto Bem Envelhecer III e do Centro Municipal de Valências; mais uma edição do evento “Moda em Movimento”; as Festas Concelhias; as atividades das crianças do ATL; o próximo encontro do idoso em Fátima; as *Comemorações do dia 20 de Outubro* e respetivos convites aos membros desta assembleia; a realização do Campeonato do Mundo de Trail no dia vinte e nove de outubro e a onze, doze e treze de novembro realizar-se-á a *XVI edição da Feira-Mostra de S. Martinho nas Terras do Gerês*. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se verificou qualquer intervenção. -----

----- Dando cumprimento ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que afirmou a necessidade legal de se comunicar até trinta de novembro à Autoridade Tributária o valor a praticar sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis. Conforme a proposta apresentada em reunião do Executivo Municipal e que agora se apresenta à Assembleia Municipal, a taxa proposta é de 0,3%, sendo esta reduzida em função dos dependentes a cargo no agregado familiar, nos seguintes moldes: redução fixa de vinte euros com um dependente, redução fixa de quarenta euros com dois dependentes e redução fixa de setenta euros com três dependentes ou mais a cargo. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, ninguém pediu a palavra e colocado logo depois à votação, o segundo ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Câmara informou que a taxa pretendida pelo Município na participação varável no *IRS*, para o ano de dois mil e dezassete, é de quatro por cento. Esta taxa justifica-se, segundo o senhor Presidente, quer pela necessidade de receita face às dificuldades

financeiras do Município, quer por uma questão de justiça social, pois são os municípios que mais ganham que contribuem para os apoios municipais aos mais necessitados. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra o senhor deputado José Alberto Martins para ler a declaração de voto da “Coligação Juntos por Terras de Bouro” que justifica a opção tomada de votar contra esta proposta e que se apensa à documentação desta sessão. -----

----- Colocado à votação, o terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com sete votos contra da Coligação Juntos por Terras de Bouro e a abstenção do senhor presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte. -----

---- Logo depois, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que, sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos informou ser intenção do município o lançamento de uma derrama de um, virgula quatro por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo, de imediato colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

---- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o quinto ponto da ordem de trabalhos, informou que a proposta para a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, ao abrigo do número dois do artigo centésimo sexto do referido diploma legal, para o ano de dois mil e dezasseis é de zero, virgula vinte e cinco. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, não se registaram intervenções, sendo, de imediato colocado à votação e aprovado por maioria, com a abstenção do *MPT*.-----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o sexto ponto da ordem de trabalhos, afirmou que esta terceira revisão às *GOP de 2016* se fica a dever à aprovação pelo tribunal de Contas do empréstimo de médio e longo prazo, no montante de quinhentos mil euros, a contrair junto da CGD, aguardando-se agora a conclusão dos procedimentos legais para a sua aplicação e que originou o referido reforço financeiro no Orçamento municipal. -----

Livro nº. 7
Folha 145


----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, registou-se a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT, conforme transcrição que de seguida se apresenta: -----

----- *Tendo em conta a proposta que nos apresenta, ia solicitar esclarecimentos quanto ao valor de investimento nas estruturas viárias, na ordem dos 385 mil Euros; porém, esclareceu há pouco que ficará para utilizar mais tarde. Será do nosso interesse acompanhar a execução dos investimentos propostos, assim como ter acesso a todos os valores que forem sendo faturados. O meu voto será contra em coerência com a votação da proposta de empréstimo. Sr. Presidente, lembro que ao fazer os investimentos durante o próximo ano será apontado por serem obras para angariar votos.* -----

----- *Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT.*-----

----- Colocado à votação, o sexto ponto foi aprovado por maioria, com o voto contra do senhor deputado do MPT. -----

----- Logo depois, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o sétimo ponto da ordem de trabalhos, apresentou os aspetos que considerou mais oportunos e importantes do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, relativo ao primeiro semestre de dois mil e dezasseis. Este documento tinha sido enviado atempadamente a todos os deputados municipais para que pudessem analisá-lo e avaliá-lo convenientemente. Por isso, o senhor Presidente procedeu a uma apresentação sumária de alguns indicadores contabilísticos e das conclusões do referido relatório. -----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, verificou-se a intervenção do senhor deputado do MPT, senhor Manuel Sousa, conforme intervenção que de seguida se transcreve-----

----- *Como diz o revisor: não dispomos do balanço nem da demonstração de resultados, mas apenas um balance de situação – Dá a entender que seria necessário mais dados, apesar de não serem obrigatórios. A recuperação de dívidas de terceiros, muito positiva, na ordem dos 56% são quase na sua totalidade por recebimentos do FEDER, mas quase inalterada pela parte dos clientes (a prescrição de dívidas continua). A redução de dívidas a terceiros de médio/longo prazo é positiva, assegura o cumprimento com as instituições bancárias; porém, é preocupante o crescimento das dívidas de curto prazo, na ordem dos 448 mil euros. Ia questionar a que se deve este aumento de 55%, no entanto, referiu que se devem a juros, cauções, etc. O Sr. Presidente refere que, por vezes, os valores apresentados não são preocupantes; mas*

são porque são os únicos que dispomos para análise, mesmo que nos diga que não estamos assim tão mal. Veremos no próximo relatório de contas. Neste semestre temos um aumento, que considero preocupante e pouco esclarecedor, de 418 mil Euros na rubrica de fornecedores e serviços externos. Que tipo de custos de eletricidade justifica os 139 mil, referentes a consumo e não a investimento? O que justifica 100 mil Euros em trabalhos especializados? Que despesas estão incluídas nos transportes escolares e nos outros fluídos que representam 85 mil? Feitas as contas, fica por explicar o montante de 94 mil Euros. Vemos pela demonstração de resultados uma variação de 416 mil euros no ano passado para um resultado negativo de 72 mil e 400 euros este ano. Esperamos que no próximo relatório do revisor e relatório de contas a situação seja de facto boa como refere e que até ao final do ano sejam recuperados estes valores.-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado do MPT, senhor Manuel Sousa. -----

----- Foi assim deliberado tomar conhecimento, conforme a lei, do sétimo ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Seguidamente foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o oitavo ponto da ordem de trabalhos, "Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Conceição Dolores Ribeiro", que, depois de aprovado por unanimidade, viu ser respeitado por todos os membros da assembleia municipal o respetivo minuto de silêncio. -----

----- Sobre o oitavo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Alexandre Pereira solicitou a palavra para, em seu nome e da sua família, agradecer a apresentação e consideração do voto de pesar pelo falecimento da sua mãe. -----

----- Logo depois, foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o nono ponto da ordem de trabalhos, "Voto de Pesar pelo falecimento da Senhor Francisco Carlos da Rocha Carvalho", que, depois de aprovado por unanimidade, viu ser respeitado por todos os membros da assembleia municipal o respetivo minuto de silêncio.-----

----- Posteriormente, foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o décimo ponto da ordem de trabalhos, "Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira Martins", que, depois de aprovado por unanimidade, viu ser respeitado por todos os membros da assembleia municipal o respetivo minuto de silêncio.-----

Livro nº. 7
Folha 146
ff

----- Por último, foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal o décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos, "Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Professora Maria Venuzina Oliveira Mendes ", que, depois de aprovado por unanimidade, viu ser respeitado por todos os membros da assembleia municipal o respetivo minuto de silêncio. -----

----- Sendo zero horas e trinta minutos, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal

[Assinatura]